

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Conceito do Estado

Class.: 213

Data: 11.03.92

Pg.: 28

Fome é ameaça para 86 índios guarani

O gabinete do deputado estadual Zeca do PT divulgou um texto denunciando que 86 índios da nação guarani-nhandeva estão passando fome, acampados provisoriamente numa aldeia distante 40 km da cidade de Amambai. O grupo vive na área indígena Amambai, e reivindica a posse da gleba Jaguary, de 338 hectares, situada no mesmo município. A área é objeto de disputa entre Funai e fazendeiros da região, que receberam uma decisão favorável da juíza Suzana de Camargo Gomes da 2ª Vara Federal, no último dia 14 de novembro.

O grupo de índios foi visitado no final de semana pelo presidente nacional do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, junto com o deputado Zeca. A visita foi festejada pelos indígenas com música, danças e cultos, e pintaram o rosto de Lula com tinta vermelha significando boas-vindas. Muito emocionado, com olhos lacrimosos, Lula prometeu aos índios que vai mobilizar toda a bancada do Partido dos Trabalhadores na esfera federal para buscar uma solução junto ao Ministério da Justiça. O prefeito de Amambai, Anilson de Souza, o "Prego", e o deputado Zeca comprometeram-se a tentar arrumar comida para os índios até que a Justiça dê a sentença final sobre a disputa das terras do Jaguary.

Segundo o texto distribuído pela assessoria do gabinete do parlamentar petista, a situação dos índios é crítica. O tereré, colhido da erva-mate nativa, virou a refeição diária dos índios. Ava Jeguara Raju'i, índio Gerson de apenas um ano, a exemplo de outras 39 crianças, está atacado por doença respiratória. As famílias integram um dos oito grupos espalhados pela região após não terem conseguido retornar à aldeia Jaguary.

O texto do gabinete informa que o chefe do grupo Apyka Verá

Rendy, de 60 anos, vive na incerteza quanto ao futuro de seu povo. Ele reclama da morosidade da Justiça e espera voltar em breve para a aldeia. Segundo o chefe Apyka, a área foi demarcada há muitos anos, pelo Marechal Rondon. Enquanto esperam a decisão final da Justiça, os índios não cultivam nenhum produto de subsistência, pois a área onde estão pertence a outro grupo. Receiam que as autoridades se acomodem ou então percam a colheita que teriam plantado, no caso de terem que retornar à Jaguary.

Sem alimentação, o "xiri" (nome dado à diarreia dos brancos) é constante entre adultos e crianças. A doença é tratada com ervas medicinais encontradas na aldeia, visto que a farmácia da área de Amambai está sem medicamentos.

Segundo texto do PKN (Projeto Kaiová-Nhandeva), a área do Jaguary foi identificada e delimitada pelo Grupo Técnico formado pela Portaria 1215/pp de 1987, ratificada pelo Grupo Técnico formado pela Portaria 032/91, reconhecida pela Portaria n.º 516 assinada pelo ministro da Justiça em 11 de outubro de 91 e demarcada fisicamente pela Funai entre os dias 6 e 9 de novembro do ano passado.

A maior parte das famílias do Jaguary ocupa a aldeia Amambai, para onde foram trazidos pelos proprietários litigantes 15 dias após a visita de identificação do GT em 87. Sempre segundo o texto do PKN, terminada a demarcação da área em novembro passado, os índios foram impedidos de retornar por proprietários das imediações. Em 14 de novembro último, os proprietários litigantes entraram com ação na Justiça Federal, onde receberam liminar favorável da juíza Suzana de Camargo Gomes.